

Salomão manda Hardt explicar vista grossa em relação a Moro

18/07/2023

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, determinou nesta segunda-feira (17/7) que a juíza Gabriela Hardt preste informações, em até 15 dias, sobre as alegações de inércia quanto a possíveis crimes praticados pelo ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR) e pelos procuradores da "lava jato", além de supostas retaliações contra o empresário Tony Garcia.

Enéas Gomez/Divulgação



Hardt é acusada de ignorar relatos sobre abusos de Moro e procuradores ^{Enéas Gomez/Divulgação}

"Considerando o contexto apresentado e tendo em vista a linha tênue que separa os atos simplesmente jurisdicionais dos que detêm relevância correcional, bem como a cautela peculiar afeta à atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, salutar a apuração dos fatos", disse Salomão.

A decisão foi tomada em uma reclamação disciplinar protocolada pelo próprio Garcia, que já foi deputado estadual do Paraná e delator da "lava jato". O empresário alega que Hardt, quando atuava na 13ª Vara Federal de Curitiba, nada fez ao ser informada de que Moro o coagia a atuar como um "agente infiltrado".

No último mês de junho, Garcia [afirmou que foi usado](#) durante dez anos para perseguir desafetos de Moro e dos procuradores. Ele também revelou que chegou a gravar Beto Richa (PSDB), ex-governador do Paraná, e outras autoridades a pedido do ex-juiz.

O empresário ainda disse que relatou os fatos a Hardt em 2021. Mesmo assim, o caso ficou parado até este ano, quando foi remetido ao Supremo Tribunal Federal pelo juiz Eduardo Appio, que assumiu a respectiva vara federal de Curitiba e [hoje está afastado do cargo](#).

Segundo Garcia, as acusações contra Moro, "notório amigo" da juíza, renderam a ele retaliações por meio do cerceamento de sua defesa em alguns processos. Hardt teria, por exemplo, retardado injustificadamente a tramitação de uma ação e conduzido outra com



velocidade fora do comum.

Mais tarde, o ministro Dias Toffoli, do STF, [determinou a suspensão](#) dos processos que envolvem o empresário na Justiça Federal de Curitiba e no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Sobre Gabriela Hardt

A magistrada substituiu o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União Brasil) na 13ª Vara de Curitiba ao final de 2018, quando ele pediu exoneração do cargo para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ela permaneceu como titular até abril do ano seguinte.

Foi a juíza quem condenou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à prisão em fevereiro de 2019, no caso do sítio de Atibaia (SP). À época, ela copiou trechos da sentença do caso do triplex do Guarujá (SP), na qual Moro também havia condenado Lula. As duas condenações foram, mais tarde, anuladas pelo STF.

No último mês de março, Hardt foi responsável por [assinar os mandados de prisão](#) e de busca e apreensão que foram cumpridos pela Polícia Federal contra nove suspeitos de planejar ataques a autoridades, entre as quais estaria Moro.

Ela [fundamentou](#) suas conclusões no relato de um delator e em mensagens codificadas de celular. O suposto plano, que envolvia o sequestro de autoridades penitenciárias, já foi mencionado em diversas outras ocasiões, nas quais [Moro não era citado](#).

Em maio, a juíza voltou a [assumir](#) os casos da 13ª Vara após o afastamento de Appio. No mês seguinte, ela [deixou](#) o Juízo para atuar na 3ª Turma Recursal do Paraná.

Hardt também é alvo de uma [representação](#) no Conselho Nacional de Justiça por possível infração disciplinar e atuação fora de sua competência no acordo que criou um [fundo com dinheiro da Petrobras](#) para ser administrado pelos procuradores da "lava jato". O termo, que previa o [depósito de R\\$ 2,5 bilhões](#), foi assinado em 2019 e homologado pela juíza.

Clique [aqui](#) para ler a decisão

Processo 0004236-19.2023.2.00.0000

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jul-18/salomao-manda-hardt-explicar-vista-grossa-relacao-moro/>